

VINGANÇA PORNOGRÁFICA COMO UMA DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER¹

*PORNOGRAPHIC REVENGE AS ONE OF THE FORMS OF DOMESTIC AND FAMILY
VIOLENCE AGAINST WOMEN*

Marcela Ricarda Costa PINTO²

ISSUE DOI: 10.21207/2675-0104.2019.913

RESUMO

O objetivo geral do presente trabalho é analisar o histórico de violência contra a mulher desde a construção sociocultural brasileira até os tempos atuais e trazer uma abordagem jurídica e político-sociológica à respeito de um tema cada vez mais presente no dia a dia dos lares brasileiros e que está gerando diversas discussões sobre a necessidade ou não de uma lei específica para esse fim. O presente estudo procura investigar a prática do chamado pornografia de vingança, que consisti na divulgação indevida de imagens/vídeos que foram registrados com ou sem o consentimento do ofendido, na maioria dos casos as vítimas são mulheres e os responsáveis pela são ex-cônjuges.

Palavras-chave: Direito penal. Violência contra a mulher. Pornografia de vingança.

ABSTRACT

The general objective of the present work is to analyze the history of violence against women from the Brazilian sociocultural construction until the present time and to bring a legal and political-sociological approach to an increasingly present theme in the daily lives of Brazilian households, which is generating several discussions about the need or not of a specific law for this purpose. The present study seeks to investigate the practice of so-called revenge pornography, which consisted of

¹ O presente artigo sintetiza a monografia de conclusão da pesquisa, realizada para o Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC 2018-2019) da Faculdade de Direito de Franca (FDF), Franca/SP.

² Discente da Faculdade de Direito de Franca (FDF), Franca/SP. Bolsista do Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC 2018-2019).

improperly disseminating images / videos that were recorded with or without the offender's consent, in most cases the victims are women and those responsible for the former spouses.

Keywords: Criminal law. Violence against women. Revenge porn.

1 INTRODUÇÃO

A escolha do presente tema visa enriquecer o âmbito jurídico com uma abordagem jurídica e político-sociológica à respeito de um tema cada vez mais presente no dia a dia da sociedade brasileira e que está gerando diversas discussões sobre a necessidade ou não de uma lei específica para esse fim. E pretende-se fazer um levantamento histórico da violência contra a mulher, do processo histórico-social do estado brasileiro e da construção da sociedade, buscando uma maior compreensão das causas da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Alguns juristas acreditam que a criação de novas leis é um esforço desnecessário, por já existir meios necessários para punir e reparar os danos causados por este crime. Entretanto, existem diversos projetos de lei que visam criar uma punição mais adequada e uma tipificação específica para crimes contra a intimidade da mulher, pois a falta de clareza da lei e o não enquadramento da conduta no ordenamento jurídico permiti que muitos magistrados não considerem a exposição pública da intimidade de alguém como uma forma de violência ou que apliquem punições não eficazes.

O presente estudo procura analisar a prática da chamada “pornografia de vingança”, que com a evolução da internet, fenômeno está crescendo de forma aterrorizante, gerando das mais diversas consequências para o ofendido e na maioria dos casos as vítimas são mulheres.

A pornografia de vingança é uma forma de violência moral, contra a honra e de cunho sexual, que envolve o registro ou divulgação, sem consentimento ou com consentimento, de cenas de intimidade sexual de uma pessoa. As vítimas quase sempre são mulheres e os agressores, quase sempre são ex-companheiros, ex-namorados, ou pessoas que, de qualquer forma, tiveram algum relacionamento afetivo com a vítima, ainda que por curto espaço de tempo.

A pornografia de vingança é meramente uma peça de alta tecnologia da cultura do estupro, sendo assim, mais uma das variadas formas de violência executadas por pessoas que deveriam preservar o

respeito, afastando a vitimização da mulher como decorrência natural do processo sociocultural e da primazia histórica.

Dessa forma, a pornografia de vingança enquadra-se como uma das formas de violência contra a mulher, visto que o vazamento de conteúdo íntimo traz diversas consequências à vítima. Tendo em vista que, uma vez divulgado, é muito difícil e trabalhoso excluir o conteúdo de todos os meios de comunicação, tais como redes sociais, sites, em razão dos inúmeros e sucessivos compartilhamentos. Sendo assim, pode ser enquadrada como uma nova modalidade de violência de gênero.

2 HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher é um produto de uma construção histórica, ou seja, não se trata de um fenômeno contemporâneo. De acordo com Marcondes Filho³ “a violência contra a mulher é ainda herdeira de uma cultura com raízes em uma sociedade escravocrata, construída a partir do modelo colonizador que aqui se instalou”.

No início do século XVI, Portugal tinha acabado de descobrir o Brasil, mas os portugueses não tinham o interesse em residir no país, mas sim, explorar as riquezas, enriquecer e retornar à Europa. Entretanto, ao longo dos anos os interesses dos colonizadores foram expandindo-se e fora necessário criar latifúndios, portanto, fixar moradia no país.

A partir da necessidade de fixação, os portugueses iniciaram a sociedade patriarcal no Brasil, além disso, começaram a implantar a tradição da cultura europeia no país. Conforme Parodi; Gama⁴, “como herança de uma colonização religiosa somada aos costumes da corte portuguesa, o oitocentismo ou modelo patriarcal, estabeleceu-se desde o Brasil Colônia, no apogeu de um país agrícola e sem contato com a cultura de seu tempo”. Devido a essa estrutura de sociedade, o poder patriarcal tinha como base a submissão das mulheres, ou seja, a restrição do espaço e direitos da mulher.

Advindo dessa hierarquização que impunha papéis rigidamente estabelecidos e regras explícitas para cada membro desse grupo social, o

³ SANTIAGOI, Rosilene Almeida; COELHOI, Maria Thereza Ávila Dantas. **Violência contra a mulher: antecedentes históricos.** Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewFile/313/261..> Acesso em: 26 ago. 2019.

⁴ PARODI, Ana Cecília; GAMA, Ricardo Rodrigues; **Lei Maria da Penha : comentários à Lei nº 11.340/2006;** Campinas; Russell Editores, p. 34, 2010.

poder patriarcal estabeleceu como característica básica a restrição ao espaço da mulher e o poder exercido sobre ela pelo marido, chefe da casa e do engenho. A mulher estava delimitada ao poder masculino na família e deveria reconhecer seu próprio lugar e função social.⁵

Dessa forma, o seu poder era delimitado de acordo com a vontade do homem, que exercia o papel de chefe da casa, desse modo, a mulher deveria exercer o papel de submissa, tendo os seus direitos e até mesmo a sua liberdade, restritos pelo poder patriarcal. Por conta desse papel que a mulher deveria assumir, sendo vista como a figura frágil, ingênua e maternal, Rebecca Solnit⁶, escreve:

As mulheres ficam com a tarefa de portar e expressar a emoção pelos outros. Ela era a dublê para as emoções que ele não podia expressar. Ela tinha os sentimentos que podiam ser admitidos. Era ela que preenchia o silêncio em casa, jogando conversa fora para manter a ligação entre as pessoas, para ser extrovertida numa casa cheia de homens bons, mas fechados, homens decentes que ficavam extremamente incomodados com a expressão da emotividade e sentiam que o trabalho de estabelecer vínculos não lhes cabia.

Dessa maneira, essas atribuições impostas as mulheres ao longo dos séculos, acabaram tornando-a em alvo, desencadeando a violência de gênero. Visto que essas manifestações históricas de desigualdade e submissão serviram apenas para que o homem se sinta legitimado a fazer uso da violência, ou seja, a violência de gênero pode ser conceituada de acordo com Azevedo⁷ como “expressão de relações sociais hierárquicas de dominância e subaltermidade”.

3 A ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

⁵ ESSY, Daniela Benevides. **A evolução histórica da violência contra a mulher no cenário brasileiro: do patriarcado à busca pela efetivação dos direitos humanos femininos**. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/50534/a-evolucao-historica-da-violencia-contra-a-mulher-no-cenario-brasileiro-do-patriarcado-a-busca-pela-efetivacao-dos-direitos-humanos-femininos>. Acesso em: 26 ago. 2019.

⁶ SOLNIT, Rebecca; **A mãe de todas as perguntas: reflexão sobre os novos feminismos**; Tradução Denise Bottmann; São Paulo; Companhia das Letras, p. 42, 2017.

⁷ LIMA, Janaína Fernanda de. **Pornografia não consensual e a carência de tutelas jurídicas e emancipatórias de gênero**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65307/pornografia-nao-consensual-e-a-carencia-de-tutelas-juridicas-e-emancipatorias-de-genero>. Acesso em: 28 ago. 2019.

A violência contra a mulher está enraizada na sociedade, dado a construção histórica da figura feminina como “sexo frágil”, submissa e inferior. De acordo com Marilena Chauí⁸, “a violência como sendo o uso agressivo da força física ou a ameaça de usá-la, com associação à ideia de poder. Ou seja: um conjunto de medidas visíveis e invisíveis que se manifesta nas relações de domínio, de poder”. Portanto, o processo de socialização patriarcal, que induziu durante séculos a submissão da mulher, deu fruto as relações violentas entre os sexos, tendo em vista que a prática dessa violência é tipicamente masculina. A violência de gênero costuma ser uma reação daquele que se sente “possuidor” da vítima.

No contexto brasileiro, as denúncias de violência doméstica tiveram início no ano de 1978, expondo um problema existente há muito tempo na sociedade brasileira e a década de 70 é marcada também pelo surgimento dos primeiros movimentos feministas organizados e politicamente engajados em defesa dos direitos da mulher contra o sistema social opressor, o machismo. Tendo em vista que, muitos assassinatos de mulheres eram “justificados” sob o argumento de legítima defesa da honra, consoante com Parodi; Gama⁹, preceituam “A tese da legítima defesa da honra afastava muitos criminosos das condenações, já que o poder judiciário refletia o comodismo de toda a sociedade diante das ocorrências covardes dos maridos e companheiros”.

Em 7 de agosto de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Maria da Penha, criada com o objetivo de punir com mais rigor os agressores contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. A criação da lei trouxe alterações ao Código Penal no sentido de permitir que os agressores fossem presos em flagrante ou tenham a prisão preventiva decretada¹⁰.

Assim sendo, por disposição expressa do *caput* do art. 5.º, da Lei nº 11.340/2006, a violência contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Entretanto, o propósito da

⁸ PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo; CATARINO, Elisângela Maura; SANTANA, Maria Luiza da Silva; TEIXEIRA, Filomena. A violência contra a mulher numa perspectiva histórica – uma questão de gênero. **C&D-Revista Eletrônica da FAINOR**, Vitória da Conquista, v.10, n.3, p. 465-473, set./dez. 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/677-2535-2-PB.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

⁹ PARODI, Ana Cecília; GAMA, Ricardo Rodrigues; **Lei Maria da Penha : comentários à Lei nº 11.340/2006**; Campinas; Russell Editores, p. 63, 2010

¹⁰ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. **Saiba mais sobre a origem da Lei Maria da Penha 2**. Disponível em: <https://tj-sc.jusbrasil.com.br/noticias/973411/saiba-mais-sobre-a-origem-da-lei-maria-da-penha-2>. Acesso em: 29 ago. 2019.

legislação não é apenas prender e punir os homens que causam esse tipo de violência, mas proteger as mulheres das agressões.

Parodi; Gama¹¹, enfatiza que:

Merecidamente, a mulher que sofre violência deve ser protegida pelo estado brasileiro de diversas formas, visando evitar que ela se ocorra e punindo severamente os casos já ocorridos. Ao lado disso, vê-se que não basta somente punir, é que a vida da mulher agredida precisa ser retomada com todos os contornos que contava antes de sofrer a violência. A normalidade retorna com o fim das hostilidades, o tratamento psicológico da vítima para superar os traumas, a reestruturação da família, capacitando a mulher para retomar a posição familiar e social.

Deste modo, com a criação desta lei o estado brasileiro visa que seja aplicado uma penalidade especial para o homicídio praticado contra a mulher, que por diversas vezes são praticados apenas pela condição de pertencer ao sexo feminino.

4 AS FORMAS DE VIOLÊNCIA EXPRESSAMENTE ABRANDIGAS PELA LEGISLAÇÃO

Conforme a Lei nº 11.340/2006¹², que regulamenta os casos de violência doméstica e familiar praticados contra a mulher. Estabelece que:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. [...]

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

¹¹ Op. cit.

¹² BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 2 de set. 2019.

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Deste modo, pode-se conceituar as seguintes formas de violência elencadas pela lei, sendo como violência física a decorrência de ação ou omissão que cause dano ou ponha em risco a integridade da mulher. Violência psicológica decorre de diversas formas tais como, ameaça, manipulação, humilhação ou qualquer forma de conduta que prejudique a saúde psicológica da vítima. Violência sexual obrigar uma pessoa a manter ou participar relações sexuais, mediante coerção, ameaça, manipulação, etc. Violência patrimonial é a modalidade de ato de violência que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores. Violência moral é a forma de violência que decorre de uma ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher¹³.

Em suma, são essas as formas de violência expressamente abrangidas pela lei, entretanto vale salientar que não é necessário a presença simultânea ou cumulativa de todos os requisitos, tão pouco,

¹³ ROBERTO, Wilson Furtado. As modalidades de violência em desfavor da mulher: Lei Maria da Penha. *Juristas*. [s.l.]. 2018. Disponível em: <https://juristas.com.br/foruns/topic/formas-de-violencia-contra-a-mulher-lei-maria-da-penha/>. Acesso em: 2 set. 2019.

depende de habitualidade, ou seja, basta que a conduta aconteça uma única para que seja configurado violência contra a mulher.

5 A INTERNET COMO INSTRUMENTO DO SURGIMENTO DA PORNOGRAFA DE VINGANÇA

Com o advento e a propagação de uso da Internet, as relações interpessoais foram revolucionadas, devido ao surgimento das redes sociais que tinha como objetivo “aproximar” os indivíduos e propiciar a eles um contato rápido diante a imensidão de informações diárias.

Através das trocas constantes de informações entre os internautas, muitos indivíduos criaram a ideia de que a internet era um “mundo sem leis”, onde estes poderiam se esconder atrás da tela de seu computador ou smartphone, devido a isso surgiu a vingança pornográfica derivada de expressão inglesa *revenge porn*, que pode ser conceituada como uma forma moderna de violência de gênero.

A vingança pornográfica consisti na divulgação ou exposição não autorizada, geralmente pela internet, de conteúdos íntimos contendo nudez e/ou sexo, na grande maioria das vezes as vítimas são mulheres e os responsáveis pela divulgação são ex-companheiros, que na maioria dos casos usam essa exposição para humilhar, agredir e difamar a imagem da ex-companheira, seja por não aceitarem o fim do relacionamento ou para de alguma maneira se auto promoverem com a divulgação.

Respalando-se nos dizeres de Guimarães¹⁴, pode-se salientar que,

Recentemente houve um significativo aumento dos casos em que mulheres têm vídeos e/ou fotos íntimas divulgados na rede mundial de computadores – internet - por parceiros ou ex-parceiros que, na maioria dos casos, não se conformam com o fim do romance ou término do relacionamento. Em seus atos de violação, objetivam atingir a integridade moral e psíquica da mulher. Em suas percepções de mundo, a exposição da mulher em atos de natureza sexual servirá para denegri-la socialmente e, considerando que a sociedade ainda exige da mulher – e não do homem – uma postura

¹⁴ FREITAS, Kamila Katrine Nascimento de. A pornografia de vingança e a culpabilização das vítimas pela mídia. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVII Congresso de Ciências da Comunicação** na Região Nordeste, Natal. 2015. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-2316-1.pdf>. Acesso em: 3 set. 2019.

sexual mais pudica, contida e moralmente adequada aos padrões sociais e religiosos dominantes, o autor da exposição alcança, com bastante facilidade, o seu intento.

Como fruto da sociedade machista, existe um grande tabu em torno da sexualidade feminina, enquanto para os homens, a plena liberdade sexual é motivo de orgulho, para as mulheres é visto pela sociedade como algo impuro, difamatório e imoral. Este tabu só serve para reafirmar a construção social de que a mulher é submissa ao homem e que apenas ele pode ter liberdade sob seu corpo, desse modo, a mulher permanece não tendo jurisdição sob seu próprio corpo.

Logo de acordo com Bordieu¹⁵, não se pode olvidar que a diferença no processo de construção de gêneros é, em sua essência, artificial, de modo a legitimar o histórico de dominação masculina como algo natural e livre de contestações. Com efeito, é a realidade social que constrói a diferença entre os sexos.

Sendo assim, a pornográfica de vingança se apresenta como uma forma clara de demonstração que a sociedade ainda entende por errado a liberdade sexual feminina. Por isso ao expor a vítima o homem busca o julgamento social que será feito a ela por conta do “vazamento” das imagens, tendo em vista que após a divulgação seja de imagens ou vídeos, a vítima será dado como culpada por ter se “colocado” em tal situação. Entretanto, mesmo que a mulher tenha sido a responsável pelo registro e envio do conteúdo íntimo, isso não gera liberdade ou autorização de divulgação por parte do indivíduo que a recebeu, pois a conduta delitiva reside na quebra da confiança do indivíduo que recebe o material audiovisual e o compartilha sem o consentimento da vítima.

6 A PORNOGRAFIA DE VINGANÇA NO CONTEXTO BRASILEIRO

No contexto brasileiro, os casos de pornografia de vingança também tomaram proporções gigantescas, fazendo diversas vítimas pelo país.

Pode-se destacar dois¹⁶ casos que aconteceram no país e tiveram grande repercussão, um deles ocorreu com a vendedora Francielle dos

¹⁵ LIMA, Camila Machado. Revenge porn: uma nova face da violência de gênero. **Jus**. [s.l.]; 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/68082/revenge-porn-uma-nova-face-da-violencia-de-genero>. Acesso em: 3 set. 2019.

¹⁶ Id.

Santos em outubro de 2013, a jovem tinha 19 anos na época. A goiana fez alguns vídeos íntimos junto do seu ex-companheiro, após acabar o relacionamento, ele compartilhou quatro vídeos e o perfil da ex pelo Whatsapp. Ao descobrir que os vídeos haviam sido compartilhados, a estudante abandonou o curso de design de interiores o qual frequentava em uma faculdade particular e deixou o seu emprego como vendedora, pois chegou a ser assediada por pessoas que se passavam por compradores apenas para humilhá-la. No mais, teve de mudar de visual, para que não fosse reconhecida em público. Após o episódio Francielle foi à delegacia e registrou um boletim de ocorrência contra o ex-companheiro. Além disso, preferiu não ficar em silêncio, pelo contrário, concedeu diversas entrevistas explicando seu caso e de como isso a prejudicou e de como prejudica inúmeras mulheres diariamente.

Outro caso de pornografia de vingança foi o da jornalista e colunista, Rose Leonel, que ocorreu em 2005. Rose teve suas imagens íntimas divulgadas por e-mail pelo seu ex-namorado, ele enviou cerca de 15 mil e-mails contendo diversas imagens da vítima, os e-mails tomaram proporções inimagináveis, causando constrangimento, humilhação e ameaças à vítima, que sofreu uma tentativa de linchamento por partes de moradores de sua cidade, Maringá, no Paraná.

Neste ínterim, Rose recebeu ligações de homens de todo o País, os quais tinham o intuito de humilhá-la, ridicularizá-la e assediá-la, ou seja, além da vítima ter que lidar com a dor da traição o ex-companheiro, ainda acaba sendo julgada socialmente por pessoas desconhecidas, mas que mesmo não tendo nenhum direito, sentem-se legitimadas a julgar e humilhar a vítima, mais uma vez reafirmar que a culpada é sempre da mulher, sendo contaminados pela visão machista de culpabilização da ofendida.

Tendo em vista que, o homem tem ciência das consequências que a exposição irá gerar para a mulher, ele o faz propositalmente, com dolo buscando o resultado. Pode-se afirmar que tal forma de violência, para muitas vítimas é encarada como uma morte em vida, dado as diversas consequências como abalo emocional, psicológico e difamação. Um momento íntimo deve ser protegido pelo manto da confiança, pois ao permitir algum tipo de registro a mulher está depositando confiança naquele parceiro e ela jamais pensará que este poderá utilizar no futuro tais registros como forma de agredi-la.

Assim, em um país que dispõe em sua Constituição da igualdade entre os sexos como um direito fundamental, as mulheres continuam a ser responsabilizadas pelo mal cometido contra si.

7 AS ALTERAÇÕES CONFORME A LEI Nº 13.718/2018

Após diversos projetos de leis pensados referentes a essa conduta, foi sancionada a Lei nº 13.718/2018 que trouxe alteração ao Código Penal à respeito da pornografia de vingança, buscando criminalizar a conduta com fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana, inviolabilidade da honra e direito à privacidade.

Conforme a Lei nº 13.718/2018¹⁷, art. 218-C, § 1º, estabelece a tipificação necessária para o enquadramento da conduta.

Art. 218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato constitui crime mais grave.

Aumento de pena - § 1º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou humilhação. (Lei 13.718, de 24 de setembro de 2018).

Em suma, a recém-sancionada lei reconhece a conduta de pornografia de vingança como uma um tipo de violência contra a mulher e a partir deste reconhecimento, busca meios jurídicos e sociais de proteger a mulher. A supracitada lei é um avanço para a sociedade brasileira e mais uma forma de enfrentamento de mais uma modalidade de violência.

¹⁷ BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Brasília, DF. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm. Acesso em: 3 set. 2019.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pornografia de vingança deve ser enquadrada como uma nova modalidade de violência contra a mulher, tendo em vista que trata-se de uma forma de violência em que a maioria das vítimas são do sexo feminino e os responsáveis são ex-companheiros, ex-namorados ou pessoas que a mulher teve algum tipo de laço afetivo. E tal violência a cada dia que passa veem aumentando os números, pois os ex-parceiros ao divulgarem o conteúdo íntimo de suas ex-companheiras praticam tal ato de forma consciente do resultado que querem alcançar, ou seja, a humilhação, difamação e exposição indevida, para que dessa forma a mulher sinta-se envergonhada e julgada socialmente.

A prática da pornografia de vingança é apenas um reflexo da construção sociocultural brasileira, que teve como base a sociedade patriarcal portuguesa, a qual atribuía às mulheres uma posição de submissão e subalternidade em relação aos homens. Dessa forma, desde a construção social até os tempos atuais, o gênero feminino é visto como inferior ao masculino. Portanto, essa nova modalidade de violência de gênero é apenas mais um instrumento advindo do patriarcalismo.

Sendo assim, tornou-se imprescindível a discussão jurídica à respeito da necessidade de uma tipificação específica que enquadra-se a pornografia de vingança como uma forma de violência contra a mulher, dado ao crescente números de casos ocorridos no Brasil. O estado brasileiro deve proteger os direitos da mulher e tais direitos devem serem compreendidos como direitos humanos, pois uma vez que a mulher sofre algum tipo de violência, isso terá reflexos em toda a estrutura familiar, social e cultural.

A violência de gênero não deve mais ser encarada como algo legítimo ou como cultural, frases como “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” não devem mais serem proferidas, pois apenas reafirma toda a construção social de violência contra a mulher. Nesse sentido, o estado brasileiro detém o direito e o dever de amparar e proteger o sexo feminino, impondo meios de coibir a desigualdade, inferioridade e submissão em relação ao sexo masculino.

Desse modo, o presente estudo procura trazer uma análise de todo o contexto histórico de violências que a mulher fora inserida, visando um enriquecimento para o âmbito jurídico para que assim, possamos buscar meios de proteção as mulheres e trazendo uma consciência de igualdade de gêneros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 2 de set. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Brasília, DF. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm. Acesso em: 3 set. 2019.

FREITAS, Kamila Katrine Nascimento de. A pornografia de vingança e a culpabilização das vítimas pela mídia. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Natal. 2015. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-2316-1.pdf>. Acesso em: 3 set. 2019.

LIMA, Janaína Fernanda de. Pornografia não consensual e a carência de tutelas jurídicas e emancipatórias de gênero. Jus. [s.l.]. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65307/pornografia-nao-consensual-e-a-carencia-de-tutelas-juridicas-e-emancipatorias-de-genero>. Acesso em: 28 ago. 2019.

LIMA, Camila Machado. Revenge porn: uma nova face da violência de gênero. Jus. [s.l.]. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/68082/revenge-porn-uma-nova-face-da-violencia-de-genero>. Acesso em: 3 set. 2019.

PARODI, Ana Cecília; GAMA, Ricardo Rodrigues; Lei Maria da Penha : comentários à Lei nº 11.340/2006; Campinas; Russell Editores, 2010.

PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo; CATARINO, Elisângela Maura; SANTANA, Maria Luiza da Silva; TEIXEIRA, Filomena. A violência contra a mulher numa perspectiva histórica – uma questão de gênero. C&D-Revista Eletrônica da FAINOR, Vitória da Conquista, v.10, n.3, p. 465-473, set./dez. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/677-2535-2-PB.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

ROBERTO, Wilson Furtado. As modalidades de violência em desfavor da mulher: Lei Maria da Penha. Juristas. [s.l.]. 2018. Disponível em: <https://juristas.com.br/foruns/topic/formas-de-violencia-contra-a-mulher-lei-maria-da-penha/>. Acesso em: 2 set. 2019.

SANTIAGO, Rosilene Almeida; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. A violência contra a mulher: antecedentes históricos. Revistas UNIFACS. [s.l.]. [s.d.]. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewFile/313/261..> Acesso em: 26 ago. 2019.

SOLNIT, Rebecca; A mãe de todas as perguntas: reflexão sobre os novos feminismos; Tradução Denise Bottmann; São Paulo; Companhia das Letras, 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. Saiba mais sobre a origem da Lei Maria da Penha 2. Santa Catarina, SC. 2009. Disponível em: <https://tj-sc.jusbrasil.com.br/noticias/973411/saiba-mais-sobre-a-origem-da-lei-maria-da-penha-2>. Acesso em: 29 ago. 2019.